

**II EXAME DE ORDEM / 2001
DIREITO TRIBUTÁRIO**

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 23.9.2001

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA (7 pontos).

A CONSTRUTORA CAJAZEIRENSE S/A, com sede no SIA - Trecho 10 Lote 9000, em Brasília - DF, inscrita no CNPJ n. 100.900.800-001, buscando habilitar-se a participar da licitação para a construção do viaduto que dá acesso aos condomínios do Jardim Botânico e ESAF, por seu representante legal e presidente da Construtora, Sr. *Esperus Intelligentis Cajazeirensis*, retirou na Secretaria de Obras do Distrito Federal o edital respectivo, em que consta o rol das exigências necessárias a tal mister, entre as quais, certidão negativa de débitos fiscais junto ao Fisco local. Dirigiu-se, então, à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, a fim de obter o aludido documento, oportunidade em que soube estar em débito, relativamente ao IPTU e à Taxa de Limpeza Pública - TLP, do exercício de 2001.

Procurou, então, o setor competente para efetuar tal pagamento, e, qual não foi seu espanto, ao constatar que somente poderia pagar tais tributos se, também, pagasse a recém criada Taxa de Fiscalização, Prevenção e Extinção de Incêndio e Pânico - TFPI. Mas que Taxa é esta, que nunca nem ouvi falar? Indagou o empresário, ao que foi informado de que se tratava de tributo instituído pela Lei Complementar Distrital n. 336, de 6-11-2000 e regulamentada pelo Decreto local n. 22.167, de 30-5-2001, que está, inclusive, sendo objeto de ADIN, impetrada pelo Ministério Público desta Unidade Federada.

Indaga-se, qual o remédio jurídico de que a empresa deverá lançar mão, a fim de, por enquanto, poder pagar apenas os dois primeiros tributos referidos, já que o último ainda está sendo objeto de questionamento? Redija-o adequadamente.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: TRIBUTÁRIO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

Excetuando os livros de prática e modelos a consulta é livre.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

Como sabemos, cada ente federado tem competência para instituir seus tributos. Entretanto, a arrecadação de tais receitas não é suficiente para fazer face às despesas dos Estados, DF e Municípios, necessitando de participarem do produto da arrecadação de impostos da União, no caso dos Estados, DF e Municípios, e no Produto da arrecadação dos impostos dos Estados, no caso dos Municípios. Assim, a Constituição Federal, em seu artigo 158, II, estabelece que pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do ITR, que é da competência da União. O Município de Cajazeiras-PB, sempre preocupado com o êxodo rural e com a qualidade de vida dos seus habitantes, baixou uma lei estabelecendo desconto de 1% do ITR para cada emprego gerado no campo pelos produtores rurais. Devidamente fundamentado, diga se isto é possível. Por quê?

2ª Questão (1 ponto)

Levando em conta ou não o Princípio da Anterioridade, a partir de quando, respectivamente, os tributos, instituídos pelas seguintes leis, publicadas nesta

nata no Diário Oficial, podem ser exigidos?

1ª Lei - modificando a base de cálculo do IPI.

2ª Lei - criando um empréstimo compulsório no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

3ª Lei - aumentando a contribuição de seguridade social do trabalhador em 2%.

4ª Lei - criando uma Taxa pela prestação de Serviços Públicos.

5ª Lei - criando uma contribuição de melhoria, em virtude da valorização de imóveis beneficiados por obras públicas.

3ª Questão (1 ponto)

O Distrito Federal vem se transformando recentemente, num verdadeiro canteiro de obras, com inúmeras construções de viadutos, pontes e outras obras de infra-estrutura. Porém, devido à vocação original da cidade como Capital Administrativa, a arrecadação tributária é insuficiente para cobrir tais despesas. A sociedade pressiona o Governo a cada momento, com uma massa considerável de desempregados, elevada ainda mais pela emigração e os milhares de jovens que ingressam no mercado anualmente. Assim, visando a atrair o desenvolvimento para esta Unidade Federada, o Senhor Governador enviou Mensagem à Câmara Legislativa propondo a edição de lei concedendo isenção, por 5 anos, dos seguintes impostos: IPI, IR, ICMS, IPVA, IPTU, ITBI e ISS, para as empresas não poluentes que investissem na geração de empregos no Distrito Federal. Você é o Assessor legislativo encarregado de manifestar-se quanto à constitucionalidade da matéria. Qual seria seu parecer, sucintamente. Fundamente.

II EXAME DE ORDEM / 2001 DIREITO CIVIL/PROCESSUAL CIVIL

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)
Data: 23.9.2001

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA (7 pontos).

1) PRESSUPOSTOS FÁTICOS:

J.J. Silva adquiriu de B.C. Santos imóvel situado na SQS 100, Bloco “Y”, apto 344, através de escritura pública de compra e venda lavrada em março de 1990, cujo pagamento ocorreria da seguinte forma:

- a) preço inicial de R\$ 100.000,00, pago no ato da assinatura da escritura;*
- b) quitação de financiamento do referido imóvel junto à CEF, no importe de R\$ 100.000,00, condicionada ao recebimento do bem desocupado e desembaraçado de quaisquer ônus.*

No mesmo instrumento, ficou ajustado que B.C. Santos ficaria na posse direta do imóvel, sob a condição de pagar ao adquirente os alugueres e os encargos locatícios pertinentes, pelo prazo inicial de um ano.

Quando compareceu ao Cartório do Registro do Imóvel para registrar a escritura de compra e venda do imóvel, o comprador tomou conhecimento da existência de uma penhora oriunda de constrição judicial.

Acrescenta-se que o vendedor não pagou uma parcela sequer relativa aos alugueres, além de não desocupar o imóvel, alegando falta de pagamento, pelo comprador, do financiamento previsto na escritura de compra e venda.

Após conseguir livrar a penhora que recaía sobre o bem e registrar a escritura no cartório competente, o comprador ajuizou, seis anos após a assinatura do contrato, ação de despejo por falta de pagamento, em relação à qual o vendedor ofereceu reconvenção, em agosto de 1996, requerendo o desfazimento judicial da avença, sob a alegação de descumprimento do contrato pelo comprador que não solveu o financiamento.

A sentença de primeiro grau julgou improcedente a ação de despejo, declarou a existência de simulação no negócio jurídico e determinou a rescisão do contrato de compra e venda com a devolução dos valores pagos pelo comprador ao vendedor.

Em apelação, o comprador articulou os seguintes fundamentos:

- a) não seria cabível reconvenção em ação de despejo;*
- b) operou-se a prescrição sobre a possibilidade de se rescindir ou anular*

judicialmente um contrato com base em simulação do negócio jurídico, por ter decorrido mais de quatro anos entre a data da assinatura do instrumento e o ajuizamento da reconvenção, conforme art. 178, §9º, inciso V do Código Civil;

c) beneficiária-lhe a exceção do contrato não cumprido (art. 1.092 do Código Civil), pois a quitação do financiamento do imóvel junto à CEF estava condicionada à desocupação do imóvel livre e desembaraçado, e o vendedor não desocupou o bem que tampouco estava desembaraçado; e

d) o valor dos alugueres não solvidos no período entre a data da assinatura do contrato e o ajuizamento da ação supera o valor do financiamento previsto na escritura de compra e venda.

O Tribunal de Justiça, à unanimidade, negou provimento à apelação do comprador, sustentando que:

a) é cabível reconvenção em ação de despejo;

b) a prescrição seria de dez anos, por se tratar de ação que visa à proteção de direitos reais; e

c) a exceção do contrato não cumprido não beneficiaria o comprador que deixou de pagar o preço ajustado.

2) FORMULAÇÃO DA QUESTÃO:

Com base nos dados aqui lançados, maneje a peça processual que V.S^a., na condição de advogado do comprador, reputa, além de cabível, adequada para enfrentar a decisão do Tribunal de Justiça, com o objetivo de reformá-la.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: CIVIL/PROCESSUAL CIVIL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

Excetuando os livros de prática e modelos a consulta é livre.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

PRESSUPOSTOS FÁTICOS:

Transitou em julgado uma decisão que acolhia a pretensão deduzida por um quotista da “Números e Projeções Contabilidade e Auditoria S/C”, segundo a qual se lhe albergava o direito de retirada da sociedade civil de que fazia parte, com o correspondente reembolso dos valores das quotas, sob a justificativa de que o contrato social vinha sendo objeto de seguidas violações por parte dos três outros sócios remanescentes.

Com o título executivo judicial, o quotista retirante, à falta de implemento espontâneo da obrigação prevista na sentença, executou a sociedade civil devedora, para receber a importância em dinheiro equivalente às suas quotas.

Sucedeu que, citada a devedora, constatou-se que a sociedade frustrara a satisfação da obrigação, haja vista que, ao contrário dos seus sócios - que não compuseram o pólo passivo da relação processual no processo de conhecimento - , não tinha mais recursos de ordem econômica ou financeira, segundo diligência realizada pelo oficial de justiça.

FORMULAÇÃO DA QUESTÃO:

Analisado o caso, ensaie a providência que V.S^a. adotaria para, como advogado do credor que se retirara da sociedade, superar a frustrada responsabilidade patrimonial do devedor, enfrentando a teoria em que a tese articulada estaria alicerçando a providência invocada.

2ª Questão (1 ponto)

PRESSUPOSTOS FÁTICOS:

João da Silva, 60 anos, professor universitário, é portador de uma moléstia que exige o uso regular e controlado do medicamento “Xilotron”, fabricado pelo laboratório “Boa Química S.A.”.

João fazia uso do medicamento há dois anos e meio, sempre seguindo espartanamente as recomendações médicas e a posologia da bula, que não previa qualquer tipo de efeito colateral no uso do medicamento.

No entanto, há quatro meses, o professor foi acometido de sérios distúrbios físicos e mentais, que o definharam abruptamente, de sorte que se tornou impossível a continuidade de sua única atividade profissional.

Analisando o derradeiro prospecto da droga, João percebeu que o laboratório havia modificado radicalmente as recomendações da bula, advertindo, agora, para a possibilidade de lesões cerebrais e dependência química, entre outros efeitos colaterais.

Diligente, João preservou a primeira bula do medicamento em seu poder, que não continha o alerta dos efeitos colaterais, razão por que gostaria de ser indenizado em decorrência dos prejuízos morais e materiais que experimentou.

FORMULAÇÃO DA QUESTÃO:

Em sendo assim, analise o problema sob o prisma da responsabilidade civil.

3ª Questão (1 ponto)

PRESSUPOSTOS FÁTICOS:

Eduardo e Mônica, durante mais de cinco anos, vivem em regime livre em que conjugam esforços mútuos para educar os filhos Eduardinho e Moniquinha, com quatro e três anos, respectivamente, nascidos, pois, da sociedade de fato.

O casal, contudo, é apanhado por fase delicada que desafia a sobrevivência da convivência comum, revelando crise conjugal que se mostra apta a exaurir a relação.

Registre-se que a sociedade amealhou patrimônio considerável, com bons ativos imobiliários e mobiliários, sem olvidar que Eduardo se destaca no mercado de trabalho como analista de sistema; Mônica, como programadora visual.

Um amigo comum aconselha o casal a consultar um advogado, antes que eles, sem orientação de um profissional, extremem e radicalizem decisões impensadas, resultantes das circunstâncias.

FORMULAÇÃO DA QUESTÃO:

Por indicação, Eduardo e Mônica se entrevistam com V.S^a., na condição de advogado.

Descreva, objetivamente, as orientações e conselhos que V.S^a daria ao

casal, abordando:

- a) a sociedade de fato e o respectivo desfazimento, se for o caso;**
 - b) os filhos;**
 - c) o patrimônio; e**
 - d) direitos e obrigações recíprocos, se remanescentes.**
-
-
-
-

II EXAME DE ORDEM / 2001 DIREITO PENAL

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 23.9.2001

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA PROCESSUAL (7 pontos).

1. **Mévio, Brutus, Tércia e Quitéria**, quatro brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos, resolveram planejar a realização de crime que resolvesse satisfatoriamente a vida financeira de todos.
2. Para tanto, os quatro encontraram-se por diversas ocasiões, com o especial propósito de arquitetar e planejar o delito que pretendiam consumir para auferir vantagem econômica. Assim sendo, e estando todos perfeitamente conscientes e com as vontades dirigidas para a realização do plano traçado em comum, dividiram tarefas e acertaram horários e datas.
3. **Quitéria**, fazendo uso de nome fictício e de carteira de identidade grosseiramente adulterada pelo grupo, conseguiu efetuar a locação de um veículo e adquirir três telefones celulares móveis pré-pagos.
4. **Tércia**, à sua vez, apossou-se das chaves de um sítio rural de propriedade de sua tia, que estava desocupado e mostrava-se seguro, uma vez que a parente estava viajando e não voltaria tão breve.
5. No dia 05 de maio de 2000, **Mévio e Brutus**, portando dois revólveres municados, calibre 32, e fazendo uso do carro locado por **Tércia**, acercaram-se da

universidade em que estudava **Minerva**, jovem de 22 anos, filha de industrial de elevadas posses, previamente escolhidos para vítimas do plano arquitetado.

6. Enquanto **Brutus** imobilizava a jovem, aplicando-lhe uma gravata no pescoço, **Mévio** apontava-lhe a arma, impedindo-a de qualquer reação defensiva. Logo a seguir, os dois empurraram **Minerva** para dentro do porta-malas do carro, enquanto **Mévio** a amordaçava e amarrava, privando-a totalmente da sua liberdade de locomoção.

7. **Brutus**, em seguida, fechando o porta-malas e tomando a direção do veículo, tendo ao lado seu companheiro **Mévio**, dirigiu-se para área rural de Taguatinga. Lá chegando, entraram clandestinamente na casa desabitada da tia de **Tércia** e colocaram a vítima, ainda amarrada e amordaçada, em um pequeno depósito sem janelas.

8. Por meio dos telefones celulares que **Quitéria** adquirira, **Mévio** e **Brutus** comunicaram-se com a família de **Minerva**, passando a exigir a entrega de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a libertação da vítima. Caso contrário...

9. Passaram-se dias em negociações entre o pai da vítima refém e Brutus e Mévio. Durante esse período, Tércia e Quitéria vigiavam Minerva, para que não se evadisse, alimentando-a de quando em vez.

10. Já na madrugada do dia 25 de maio de 2000, o “resgate” foi pago pelo pai da vítima refém, nas condições de tempo e lugar exigidos por **Mévio** e **Brutus**. A família, ansiosa, esperava a liberação e o retorno de **Minerva**. Passava do meio-dia e ela não dera notícia. Mãe, pai, irmãos, amigos, todos em desespero, rezavam.

11. Não sabiam eles porém que, na véspera, ou seja, na noite do dia 24 de maio, **Quitéria**, arrependida e penalizada com a situação de debilidade em que se encontrava a vítima refém, procurara voluntariamente a autoridade policial de Taguatinga. Relatara então ao Delegado toda a trama criminoso, explicitando a identidade dos seus parceiros e indicando o local em que estava aprisionada **Minerva**.

12. Por volta das 15 (quinze) horas do dia seguinte ao da confissão de **Quitéria**, a polícia chegou à casa indicada e lá encontrou a vítima **Minerva**, inconsciente, mas fisicamente íntegra.

13. Nesse contexto e com base no inquérito policial realizado, o órgão do Ministério Público ofereceu denúncia contra **Mévio**, **Brutus**, **Tércia** e **Quitéria**, narrando detalhadamente os fatos, para, por fim, **imputar a todos a prática das seguintes condutas delituosas:**

1º - artigo 159, “caput”, do Código Penal, na figura qualificada do seu parágrafo 1º, parte inicial e final (extorsão mediante seqüestro com duração superior a 24 horas, cometida por bando ou quadrilha);

2º - artigo 288, “caput”, do Código Penal, com a causa de aumento de pena prevista no seu parágrafo único e com a pena estabelecida no artigo 8º da Lei no. 8.072, de 25/07/99 (quadrilha ou bando armado para a prática de crime definido como hediondo); e

3º - artigo 150, “caput” e parágrafo 1º, do Código Penal (permanência clandestina nas dependências de casa alheia, ocupada durante a noite , por duas ou mais pessoas).

Para a denunciada Quitéria foi acrescida a imputação de conduta delituosa prevista no artigo 304 do Código Penal (uso de documento falso ou adulterado).

14. A denúncia foi recebida pelo Juiz, os acusados foram citados e, após, interrogados. **Cada um deles constituiu advogado próprio e distinto.** Nas Alegações Preliminares, os defensores nada requereram, mas arrolaram testemunhas.

15. Já na fase instrutória, que transcorreu normalmente, **a vítima Minerva** confirmou que fora subjugada pelos acusados **Mévio e Brutus**, no momento do seu seqüestro. Aduziu que durante o período em que permanecera aprisionada fora constantemente vigiada pelas duas mulheres acusadas: **Tércia e Quitéria**, não tendo tido, assim, oportunidade qualquer para evadir-se. Asseverou que não sofrera agressões maiores, mas ficara amarrada, quase sempre no escuro, com pouca alimentação. Esclareceu que permanecia em tratamento psicológico.

16. O pai de **Minerva** confirmou o **“pagamento do resgate”**, conforme as determinações dos seqüestradores, obedecidas por ele na íntegra, após diversos contatos telefônicos. A seu pedido, a polícia não interferira.

17. Também foi ouvido o titular da Delegacia de Polícia de Taguatinga. Ratificou ele que a acusada **Quitéria** comparecera espontaneamente à sua presença e que, na ocasião, lhe revelara a identidade dos demais acusados integrantes do grupo e os crimes por eles praticados. Indicara, ainda, o local em que se encontrava a vítima seqüestrada.

18. Esclareceu ele, também, que a demora para localizar a refém decorrera de estar ela em casa situada em zona rural pouco conhecida e de difícil acesso. A vítima fora encontrada em um pequeno quarto, amarrada, desmaiada, mas sem lesões físicas graves. Por fim, declarou que a quantia paga a título de **“resgate”** fora quase totalmente recuperada em poder de **Mévio e Brutus**.

19. Outras testemunhas ouvidas nada esclareceram de importante, salvo informações favoráveis sobre a vida social e familiar dos acusados.

20. **Na fase do artigo 499, do Código de Processo Penal**, vieram ao processo as Folhas de Antecedentes dos acusados, demonstrando a primariedade de todos eles.

21. Em seguida, foram os autos ao Ministério Público que sustentou integralmente as imputações da denúncia, requerendo a condenação dos quatro acusados, nos termos e crimes expostos na inicial acusatória.

22. **Logo a seguir determinou o Juiz que fossem os autos à defesa, para a cabível e necessária manifestação.**

Você, como advogado UNICAMENTE da acusada Quitéria, é intimado pela secretaria do Juízo, no dia 16 de agosto de 2001 (quinta feira), para cumprir o despacho mencionado no item supra, de número 22.

Com base APENAS nos aspectos enfocados na questão, apresente a peça processual cabível, no ÚLTIMO DIA DO PRAZO.

Sustente tão-só os aspectos ou particularidades que possuam amparo legal em favor de sua cliente. Não é preciso transcrever artigos de lei. Basta citá-los. Não é necessário reproduzir jurisprudência.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

Taciano foi processado e pronunciado por prática de homicídio doloso qualificado pela futilidade dos motivos. **Em Plenário, na qualidade de advogado do acusado, você sustentou duas teses defensivas: a inimputabilidade plena de Taciano e a legítima defesa própria.**

Como se sabe, **já na fase da quesitação aos jurados**, após os quesitos da autoria, materialidade e letalidade, **passa-se a quesitar a ou as teses defensivas. No caso presente, se os jurados aceitarem uma das teses, a outra restará prejudicada.**

Qual a tese defensiva que você, como advogado do réu, indicará para ser quesitada por primeiro? Por quê?

2ª Questão (1 ponto)

Menelau, seu cliente, respondeu a ação penal e culminou condenado a uma pena de **multa**.

Encontrava-se em execução essa multa, quando seu cliente foi acometido por doença mental.

Como advogado de Menelau, o que deverá você requerer ao Juiz, especificando o amparo legal do pedido?

3ª Questão (1 ponto)

Ataliba cometeu, em tese, o delito capitulado no **artigo 154 do Código Penal (violação de segredo profissional).**

Pelo que consta, teria ele revelado a terceiras pessoas, sem justa causa,

segredo de que tinha ciência em razão da sua profissão de médico. A revelação foi realizada em detrimento de interesse do Distrito Federal e, por via oblíqua, da União.

Que tipo de ação penal será adequada para o caso vertente?

II EXAME DE ORDEM / 2001 DIREITO DO TRABALHO

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 23.9.2001

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA (7 pontos).

Um médico ajuizou ação trabalhista contra certa sociedade de economia mista, aduzindo que foi admitido em 3/2/1989, mediante salário mensal e cumprindo jornadas de 6 horas, situação que permaneceu até 11/9/2001, quando foi dispensado sem justa causa.

A contestação oferecida sustentou a nulidade do contrato.

A instrução do processo demonstrou a existência de contrato de trabalho, embora não formalizado e que o empregado jamais exerceu cargo de confiança ou em comissão, tendo a admissão sido decidida pela diretoria da empresa com dispensa de concurso público.

Foi proferida sentença que reconheceu o contrato de emprego e condenou a empresa a satisfazer todas as reparações, à exceção dos salários mensais já pagos.

Simule uma petição de recurso ordinário pela empresa para o Tribunal Regional do Trabalho, fundamentando as razões pelas quais seria nulo aquele contrato de trabalho.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRABALHISTA (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

Excetuando os livros de prática e modelos a consulta é livre.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

Certo empregado pediu a determinada empresa o restabelecimento de salário adicional por transferência de 25%, que recebera durante 7 (sete) meses e foi suprimido.

Informa a empresa houve transferência para outra cidade, onde necessárias as atividades técnicas e especializadas do empregado para a realização de serviços inadiáveis; concluídas tais tarefas, após 7 (sete) meses, o obreiro retornou à origem, onde sempre manteve domicílio e residência.

Esclareceu, ainda, que a transferência estava prevista em cláusula contratual, decorreu de necessidade de serviço e durou o tempo suficiente à realização dos serviços inadiáveis e que, enquanto durou, foi pago salário adicional de 25%.

Pergunta-se: Podia o empregador suprimir a vantagem ou estava ela incorporada ao contrato de trabalho?

2ª Questão (1 ponto)

Diante de crise em determinado setor industrial, certa empresa celebrou com o sindicato representativo de seus empregados acordo coletivo de trabalho, suprimindo duas horas diárias de trabalho e reduzindo os salários em 20%, durante 4 meses, fazendo concessões em contrapartida, dentre as quais estabelecendo garantia de emprego por 12 meses.

Pergunta-se: Esse tipo de ajuste é válido? Por que?

3ª Questão (1 ponto)

O empregado pode optar por deixar de gozar férias a que faz jus para recebê-las, em dobro, sem prejuízo do salário do mês? Justifique.

**II EXAME DE ORDEM / 2001
DIREITO ADMINISTRATIVO**

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 23.9.2001

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA (7 pontos).

Em 13 de junho de 1981, um servidor foi contratado pelo Governo do Distrito Federal, não tendo sido submetido a concurso público, mas somente a teste de seleção.

Promulgada a Constituição de 1988, o Governo do Distrito Federal, mediante Lei Complementar, instituiu o regime jurídico único, tendo o referido servidor, juntamente com outros, optado pelo regime estatutário, passando a ocupar cargo público.

Ocorre que o Governador, através de Decreto datado de 02 de março de 1998, o exonerou, bem como a seus colegas, sob a alegação que fora realizado concurso público para preenchimento de cargos de carreira de provimento efetivo. O servidor ocupava o cargo de agente administrativo.

O servidor o procura em seu escritório de advocacia porque entende ter havido um erro da administração no ato de sua exoneração.

Elaborar uma peça de Recurso Administrativo, enfrentando o ato de exoneração e fundamentando a posição legal, em defesa do seu cliente.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: ADMINISTRATIVO (FUNDAMENTAÇÃO),	GRAMATICAL	(ORTOGRAFIA,
----------------------------------------------------------------------	------------	--------------

CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

Excetuando os livros de prática e modelos a consulta é livre.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

No processo administrativo disciplinar o indiciado será considerado revel quando, citado, não apresentar defesa no prazo legal. Ocorrendo essa hipótese, qual será a providência a ser adotada pela autoridade instauradora do processo?

2ª Questão (1 ponto)

A revisão do processo administrativo disciplinar tem previsão legal no

